



A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO SUL DO BRASIL À LUZ DOS DESDOBRAMENTOS DO CAPITAL

ITALIAN IMMIGRATION IN SOUTHERN BRAZIL IN LIGHT OF THE DEVELOPMENTS OF CAPITAL

LA INMIGRACIÓN ITALIANA EN EL SUR DE BRASIL A LA LUZ DE LA EVOLUCIÓN DE LA CAPITAL



10.56238/sevenVIIImulti2026-025

Hélio Clemente Fernandes

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Aparecida Favoreto

Doutora em Educação

Instituição: Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Nos escritos subsequentes intentamos apresentar as razões pelas quais os italianos emigraram, principalmente do norte da Itália, para o Sul do Brasil. As motivações. Os percalços. Os sonhos. Os valores familiares. A nova terra. As dificuldades. Enfatizamos, de antemão, que tudo aconteceu a partir da organização social da vida com base nos movimentos do capital. Para tanto, tendo como referencial teórico o materialismo histórico dialético, utilizamos a pesquisa bibliográfica referente aos imigrantes italianos e suas experiências, suas memórias e histórias. Por questões pedagógicas e metodológicas, primeiramente buscamos analisar a Unificação Italiana e os antecedentes históricos que propiciaram a imigração italiana para o Brasil. Na sequência apresentamos a emigração da Itália não como uma escolha, e sim, como uma exigência de sobrevivência: Emigrar é preciso. Num terceiro momento, destacamos que o nosso recorte são os italianos que vieram para serem pequenos proprietários de terra, preenchendo os “espaços vazios” no Rio Grande do Sul e, num quarto momento buscamos apresentar a migração italiana para o Oeste Catarinense. Por fim, para não concluir, expomos algumas considerações finais.

Palavras-chave: Imigração. Italianos. Colonização do Sul Brasil.

ABSTRACT

In the following writings, we intend to present the reasons why Italians emigrated, mainly from northern Italy, to southern Brazil. The motivations. The obstacles. The dreams. The family values. The new land. The difficulties. We emphasize, beforehand, that everything happened as a result of the social organization of life based on the movements of capital. To this end, using historical dialectical materialism as a theoretical framework, we utilized bibliographic research concerning Italian immigrants and their experiences, memories, and stories. For pedagogical and methodological reasons, we first sought to analyze the Italian Unification and the historical antecedents that facilitated Italian immigration to Brazil. Next, we presented emigration from Italy not as a choice, but as a necessity for

survival: Emigration is necessary. In a third moment, we highlighted that our focus is on Italians who came to be small landowners, filling the "empty spaces" in Rio Grande do Sul, and in a fourth moment, we sought to present Italian migration to western Santa Catarina. Finally, to conclude, we present some final considerations.

Keywords: Immigration. Italians. Colonization of Southern Brazil.

RESUMEN

En los siguientes escritos, nos proponemos presentar las razones por las que los italianos emigraron, principalmente del norte de Italia, al sur de Brasil. Las motivaciones. Los obstáculos. Los sueños. Los valores familiares. La nueva tierra. Las dificultades. Cabe destacar, de antemano, que todo sucedió como resultado de la organización social de la vida basada en los movimientos de capital. Para ello, utilizando el materialismo dialéctico histórico como marco teórico, recurrimos a la investigación bibliográfica sobre los inmigrantes italianos y sus experiencias, recuerdos e historias. Por razones pedagógicas y metodológicas, primero analizamos la Unificación italiana y los antecedentes históricos que facilitaron la inmigración italiana a Brasil. A continuación, presentamos la emigración desde Italia no como una opción, sino como una necesidad de supervivencia: la emigración es necesaria. En tercer lugar, resaltamos que nuestro enfoque se centra en los italianos que se convirtieron en pequeños propietarios, ocupando los "espacios vacíos" en Rio Grande do Sul, y en cuarto lugar, presentamos la migración italiana al oeste de Santa Catarina. Finalmente, para concluir, presentamos algunas consideraciones finales.

Palabras clave: Inmigración. Italianos. Colonización del Sur de Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Nada acontece fora da história. A história é a ciência que explica o tempo presente. Quem não sabe de onde veio, não sabe onde está e, por conseguinte, não sabe para onde vai. Em outras palavras, percebe-se na atualidade que a juventude e outros segmentos sociais, encontram-se enclausurados num presente contínuo. Sem a noção da história, sem os elementos que associam vivências pessoais na atualidade em conexão com as experiências das gerações passadas, homens, jovens, mulheres, grupos sociais, entre outros, são alijados na construção de sua identidade enquanto sujeito pertencente a uma determinada classe social. Decorrente disso, observa-se inúmeros obstáculos na construção da consciência do indivíduo enquanto sujeito pertencente a uma determinada etnia, a um gênero, a uma classe social. “Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca” (Hobsbawm, 1998, p. 13). Pois, tudo passa por um processo histórico, materialista e dialético.

É consenso entre inúmeros estudiosos o entendimento de que, ao longo da história, por meio de suas ações os homens modificam a natureza, adaptando-a em favor das suas necessidades e interesses. Diante dessa afirmação pactuamos da ideia de que é a apreensão da história quem possibilita a cristalização da consciência “em-si” e, mais ainda, a formação da consciência “para-si”¹. Disso tudo somos conduzidos a pensar que o “significado das formas de reprodução da vida representa a primeira grande formulação do materialismo histórico dialético para a compreensão da história e da consciência humana” (Andrade, 2019, p. 117).

Com base nesses pressupostos enfatizamos: Foi para defender a existência que imigrantes italianos se estabeleceram no sul do Brasil. Nossa desafio é se aproximar desse objeto de estudo e analisá-lo a partir das categorias de totalidade e contradição. A partir desta cosmovisão, nos ateremos aos estudos historiográficos e bibliográficos, visto ser uma necessidade, seja para conhecer a história da família, seja para conhecer a história do País, do Estado, da Cidade onde se vive.

Quanto à relevância da história enquanto instrumento de humanização e conscientização, o filósofo Antônio Gramsci revela o seu gosto científico pela História, “[...] porque ela se ocupa dos homens vivos e de tudo o que se refere aos homens, ao maior número possível de homens, a todos os homens do mundo, enquanto se unem entre si em sociedade, e trabalham, lutam e melhoram a si mesmos”². Em suma, os inúmeros modos de organização social e produção da vida não são dados naturalmente, foram resultados da intervenção do homem na natureza. Assim, em linhas gerais, a

¹ O debate acerca dos termos “em-si” e “para-si” são fundamentais. No momento, vale registrar que o desafio consiste em transformar o indivíduo em sujeito inserido e consciente de seu pertencimento a um projeto coletivo, onde o ‘nós’ é mais importante que o ‘eu’, onde a concorrência é superada pela cooperação, onde a consciência alienada é superada pela consciência emancipada. “O problema reside em ligar o ‘em-si’ produzido na vida cotidiana pela consciência imediata, ao ‘para-si’ construído por mediações com base na própria realidade objetiva” (Andrade, p. 116, 2019).

² Trecho de uma carta de Antonio Gramsci para seu filho Délia, extraído dos *Cadernos do Cárcere*, publicados postumamente, entre 1948 e 1951.

humanidade passou pelo modo de produção primitivo, escravista, asiático, feudal e atualmente toda vida se organiza em torno do modo de produção capitalista³. Nos modos de produção encontra-se o básico para que homens e mulheres possam reproduzir sua existência. O desenvolvimento da ciência, da espiritualidade, da arte, dos valores, da cultura, da consciência individual e social estão sob a égide das forças produtivas, das relações de produção, desenvolvidas num determinado modo de produção. Com razão Karl Marx (1983, p. 24) afirmou: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”. Por enquanto e de acordo com a máxima desse pensador, consideramos importante afirmar que a imigração italiana, para além das aparências e das narrativas pontuais, ocorreu dentro da anatomia do capitalismo, onde tudo é condicionado e gira em torno da lógica do capital⁴.

Quando se estuda o período entre 1875 e 1929, diversos temas relevantes emergem na literatura histórica mundial. O Brasil juntamente com os países latino-americanos fazem experiência da rota internacional do comércio com o desenvolvimento econômico surgido nas economias primárias, ou seja, voltadas para o mercado externo. Em paralelo ao desenvolvimento da infraestrutura, temos o surgimento dos núcleos populacionais, a urbanização, as transformações políticas e sociais. Nesse bojo, observa-se a chegada massiva de imigrantes italianos imersos neste processo histórico no qual o Brasil foi um importante destino para imigração. Ou seja, as transformações econômicas, sociais, políticas ocorrem no mundo todo, em maior ou menor grau, influenciando as emigrações, imigrações e migrações.

Realizada tais considerações, compreendemos que a história da imigração italiana para o Brasil faz parte de um processo histórico abrangente. Ninguém deixa amigos, parentes, família para aventurar-se rumo ao desconhecido. A saber: “As marcas do passado são as fontes históricas que se transformam em material de estudo” (Bittencourt, 2009, p. 280). Em outras palavras: com base nas fontes orais e escritas, a história encontra-se num processo de construção constante. Sendo assim, toda

³ Quem desenvolveu o conceito de Modo de Produção foi Marx em parceria com Engels. Eles procuraram definir o modo pelo qual determinada sociedade se organiza para conseguir produzir suas necessidades materiais fundamentais para se reproduzir. Para um aprofundamento dos Modos de Produção, categoria importante no desenvolvimento da temática exposta sobre imigração, recomendamos o artigo da Doutora Magda Maria Colao: O Modo de Produção categoria do Materialismo Histórico. Porto Alegre-RS: Movimento, v. 12, n. 2, p. 143-169, maio/agosto de 2006. Disponível em: <file:///D:/DADOS%20DO%20USUARIOS/Downloads/2907-Texto%20do%20artigo-10207-1-10-20071228.pdf> Acesso em 15 de abril de 2023.

⁴ Conforme István Mészáros, o sistema do capital é essencialmente destrutivo em seu modo de sociometabolismo: “Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral” (Mészáros, 2011, p. 100). Essa lógica, imposta pelos ditames do sistema metabólico do capital, explica a postura do governo da Itália e seu “pouquíssimo interesse pela sorte que nossos compatriotas iriam encontrar no Brasil, apesar das contínuas e alarmantes denúncias que circulavam desde a metade dos anos 1880” (Trento, 2022, p. 35).

pesquisa que visa contribuir para a memória, a história e equalização desses acontecimentos históricos é salutar.

Por uma questão didático e metodológica: num primeiro momento, entendemos a necessidade de estudar os antecedentes históricos que propiciaram a imigração italiana para o Brasil, maximizados pela Unificação da Itália. Na sequência apresentamos a emigração italiana enquanto uma exigência de sobrevivência: Emigrar é preciso. Num terceiro momento, destacamos que o nosso recorte são os italianos que vieram para serem pequenos proprietários de terra, preenchendo os “espaços vazios” no Rio Grande do Sul. Num quarto momento refletimos sobre a migração dos italianos para o Oeste Catarinense. Por fim, para não concluir, expomos algumas considerações finais.

2 O PROCESSO HISTÓRICO DE UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

Notoriamente, com a dissolução do Império Romano do Ocidente⁵ em 476 d.C, ocorre a divisão deste em inúmeras unidades políticas denominadas feudos e comandadas por senhores feudais. Neste momento da história “a Igreja Católica surgiu como um elemento agregador das diferenças, ao difundir a mesma fé cristã” (Aranha, 2013, p. 207). Pelas diversas regiões da Europa Ocidental a Igreja Católica se fez presente com sua mensagem, tornando-se assim, o pensamento hegemônico. Esta fase da história ficou conhecida como feudalismo. Um período histórico caracterizado pela fragmentação política, por uma economia agrária e de subsistência. Este fato histórico nos possibilita o entendimento da existência de inúmeros dialetos pronunciados na Europa e, de modo, específico, na Itália. Num sobressalto histórico assinala-se que no ano de 1815, com a realização do Congresso de Viena, as regiões que compõem a Itália passaram ao domínio da França (O Reino das Duas Sicílias), da Áustria (Os Reinos e Ducados da Lombardia-Veneza, toscana, Parma, Módena e Romagna) e da Igreja Católica (Estados da Igreja).

Neste emaranhado, percebe-se que a Itália é um dos últimos países da Europa a constituir-se enquanto nação. Destaca-se, ainda que a unificação tardia da Itália trouxe em seu bojo inúmeras transformações no campo econômico, político e social. No limiar do século XIX⁶ a região norte da Itália, principalmente, vivenciou transformações econômicas e sociais em função de seu processo de desenvolvimento industrial. Ao lado da indústria, o comércio se intensificou e as cidades cresceram.

⁵ Roma acumulou muitas riquezas com base na ampliação das conquistas territoriais. No entanto, esse mesmo fato fez com que aumentasse o número de pobres tanto nas cidades e no campo. Em resposta deste problema social Tibério Graco, eleito tribuno da plebe em 134 a. C. propôs inúmeras alterações. A proposta que mais desagradou as elites da época foi a da Reforma Agrária. Nesta o tamanho das propriedades rurais seriam limitadas e a terra excedente distribuída para camponeses pobres que lutavam nas guerras.

⁶ Século é o conjunto de cem anos. Sendo assim, o século XIX compreende o período que vai do dia 01 de janeiro de 1801 até 31 de dezembro de 1900.

No ano de 1848 a burguesia italiana apoiou o Rei Carlos Alberto no que se denominou como a primeira tentativa de unificar a Itália. Declararam guerra contra a Áustria e após a derrota o Rei pertencente ao Reino de Piemonte-Sardenha o trono é entregue para Vítor Emanuel II, seu filho.

Na sequência, com o apoio da França, o Conde de Cavour, primeiro ministro do Rei Vítor Emanuel II, iniciou à guerra contra a dominação da Áustria. Dessa vez, obteve-se vitórias importantes que desembocaram na anexação da região da Lombardia, Parma, Módena e Romagna ao Reino de Piemonte-Sardenha.

Giuseppe Garibaldi e Mazzini desejavam transformar a Itália numa República e com tal propósito, somaram-se nesta luta em favor da unificação. Aliado ao Conde de Cavour, Garibaldi liderou um exército de mil voluntários e ocupou o Reino das Duas Sicílias e afastou Francisco II da Dinastia Bourbon. Portanto, com o apoio de grupos desejosos por uma Itália unificada em 1861 quase tudo estava dominado. Nesse ano Vítor Emanuel II é sagrado o Rei da Itália. Enfatiza-se que “além dos problemas econômicos, as décadas de 1850 e 1860 presenciaram as agitações sociais e guerras que acompanharam o processo de unificação política” (Nadalin, 2001, p. 69).

É desnecessário escrever sobre a dificuldade da população italiana em viver imerso a tantas guerras. Portanto, importa apontar os motivos da Itália tornar-se um país de emigrantes e, com essa finalidade, Rodrigo Calsani corrobora ao registrar em sua dissertação de mestrado:

A emigração seria então, a válvula de escape aos olhos e tutela do Estado. Outros problemas como doenças e pouca comida, também aceleraram o processo. As famílias rurais (sobre) viviam a base de polenta e pão, tendo como consequência, a desnutrição e a pelagra- doenças caracterizadas por dermatite e distúrbios gastrintestinais/psíquicos. A falta de vitamina PP, por exemplo, podia levar o doente à loucura e à morte. Outras doenças forma a tuberculose, o raquitismo e o escorbuto (Calsani, 2010, p. 19).

Esse é o panorama histórico no qual os italianos estavam inseridos. Uma realidade permeada por obstáculos diversos que ameaçava a vida e sua reprodução perenemente.

Destarte, à guisa de exemplo, embora a unificação seja comemorada em 1861, o fato é que Veneza só é anexada em 1866 e Roma somente em 1870. Entretanto, por uma questão de fidelidade à Igreja Católica Apostólica Romana e ao Rei da Áustria a região de Trento é incorporada ao país italiano somente depois da Primeira Grande Guerra (1914-1918), ou seja, em 1919.

A questão dos Estados Pontifícios, por sua vez, se estendeu até a assinatura do *Tratado de Latrão* em 1929 durante o governo de Benito Mussolini. Estes embates explicam porque a capital do Reino da Itália ser Turim de 1861 a 1866. Florença de 1866 a 1870 e, neste diapasão, Roma de 1970 aos dias atuais.

Do que foi elencado acima, podemos concluir que aquilo que hoje intitulamos: Norte da Itália, foi palco de inúmeras guerras e batalhas. Logo, a emigração apresenta-se como uma possibilidade de melhorar de vida, de recomeçar, de construção de um futuro melhor.

3 ITALIANOS: “EMIGRAR É PRECISO”

Se por um lado a unificação italiana - dentro da lógica do sistema capitalista⁷ - favoreceu a industrialização do norte, por outro lado, em contrapartida conduziu a Itália para uma crise social sem precedentes. Com as transformações nos meios de produção, os pequenos agricultores passam a ser prejudicados na complementação de suas rendas, afinal com a ausência das taxas alfandegárias o produto do trabalho artesanal passa a disputar o mercado consumidor com aqueles produzidos na indústria, dentro dos ditames da esteira de produção.

Neste sentido, sobre o fenômeno da emigração, Angelo Trento explicita a necessidade do não reducionismo em questões de fundo pietistas e misericordiosos, centradas nas condições miseráveis da população italiana e do grande contingente demográfico.

A historiografia mais próxima de nós apontou o dedo, sobretudo, para a importância das cadeias migratórias nas decisões de expatriação e nas estratégias do núcleo familiar, para as quais, dentro dele, é estabelecido quem são os que devem deixar o solo natal e quantos, ao contrário, devem permanecer lá, a fim de maximizar as fontes de renda (Trento, 2022, p. 34).

Dentro da lógica concorrencial capitalista, desigual e excludente, tudo é condicionado a dar lucros. Nessa esteira, os pequenos artesãos não conseguiram competir com os produtos oriundos das indústrias regionais e de outras localidades. Dessa forma os camponeses italianos são sangrados. Sem dinheiro para consolidar o pagamento da taxa sobre a farinha tinha como prejuízo o confisco da propriedade. De acordo com as pesquisas de Angelo Trento (2022, p. 33): “Entre 1875 e 1881, foram confiscadas 61.831 pequenas propriedades, e entre 1884 e 1901, 215.759. No período de 1886 a 1900, as vendas judiciais de terras por dívidas para com particulares atingiram a cifra de 70.774”.

Nesse quadro de crise, estimulado pela concentração de capital, a manufatura-familiar sucumbiu diante do processo de produção em série e em maior escala. Consequentemente e contraditoriamente, enquanto o lucro aumentava nas mãos dos proprietários de fábricas, inúmeras famílias passavam a conviver com a falta de perspectivas naquilo que tange a aquisição dos recursos econômicos necessários para reproduzirem-se na condição de trabalhadores.

A saída para essa crise capitalista, civil, social e humanitária foi a emigração. Assim sendo, do norte da Itália, o Brasil irá receber as primeiras levas de imigrantes. Entendemos que o espectro da fome e da falta de perspectivas futuras, foram elementos decisivos para os italianos se lançarem rumo ao desconhecido. A esperança da terra prometida era o consolo para resistir as inúmeras situações de dificuldades e desalento vividos na Itália. Sobre isso, escreveu João Batista Scalabrini (1979, p. 15): “A Religião e a emigração, eis os dois únicos meios que, de agora em diante, poderão salvar a sociedade de uma grande catástrofe; essa, endereçando para outros continentes o excesso da população”.

⁷ Sistema pautado na concentração de riquezas, na concorrência de todos contra todos e em escala mundial, na extração da mais-valia, onde a produção é descolada do consumo com desfecho para crises cíclicas e de superprodução.

Dos italianos vindos ao Brasil 2/3 foram para as colônias. Um projeto preconcebido elaborado e publicado em *L'Itália Coloniale* expõe a posição para que se preservassem os vínculos com a Pátria-Mãe Itália: “[...] cujos redatores sempre foram mais favoráveis a uma emigração mais bem qualificada e capaz de manter os vínculos com a mãe-pátria, do que a um afluxo de massa, embora esse constituísse mercado de consumo para os gêneros de exportação italianos” (Trento, 2022, p. 44).

No Brasil, sobretudo os cafeicultores paulistas preocupados com a mão de obra visualizam no imigrante italiano uma saída lucrativa. Decorrente disso, o trabalho realizado por escravos é gradativamente substituído pelo trabalho livre e assalariado. Até 1930 reinou no Brasil a política do café com leite. Os cafeicultores paulistas tinham grande representatividade no período da República Velha. Por isso, empenharam-se para que a procura por trabalho nos cafezais sempre fosse superior a sua oferta. Deste modo, os estrangeiros, os italianos “contentar-se-iam com salários baixos e poderiam ser substituídos com facilidade” (Nadalin, 2001, p. 70).

Por uma questão estratégica os proprietários das grandes lavouras de café eram contrários a fixação de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Estes braços livres para produção de gêneros alimentícios, essenciais para a manutenção da vida, garantiam a ocupação brasileira na região sul do Brasil. Contudo, o modelo de ocupação da terra no sul desagradava os interesses econômicos dos cafeicultores paulistas⁸. A defesa do latifúndio e o problema da escassez de mão de obra para o cultivo do café, fez com que parlamentares favoráveis aos grandes latifundiários do café dificultassem a vida dos imigrantes italianos. Isso porque (Lazzari, 1980, p. 129): “A política de colonização é criticada porque induz no imigrante o pensamento de começar no Brasil por ser proprietário, não aceitando assim o trabalho de grande lavoura”.

Com isso, enfatizamos que o processo de imigração italiana possui peculiaridades próprias que demandam um estudo aprofundado. Conforme o exposto acima, a imigração italiana não foi um movimento consensual. Isto é, são duas as correntes imigratórias de italianos para o Brasil: uma para suprir a mão de obra em decorrência da libertação dos escravos no dia 13 de maio de 1888; outra para colonizar o Rio Grande do Sul e garantir sua posse para o Brasil. Quanto a isso, se verifica que entre 1887 e 1895 ocorreu uma nítida maioria de setentrionais emigrando da Itália para o Brasil seguindo a evolução do preço do café brasileiro. No contraponto, a emigração meridional inicia após 1893-1895 e torna-se maioria a partir de 1898. De acordo com Angelo Trento (2022, p. 42) são duas as ordens de motivos que explicam esse fato:

⁸ Conforme Sérgio Odilon Nadalin (2001, p. 70): “Na avaliação dos cafeicultores, essa modalidade de imigração era muito dispendiosa. Alegava-se que, além dos subsídios para as companhias promotoras e os custos com a viagem dos imigrantes, ela implicava despesas para a medição e demarcação dos lotes coloniais e para a manutenção dos imigrantes até a primeira colheita. Ainda, eram contrários aos preços subvencionados para os lotes, e, neste caso, a promulgação de Lei de Terras, ainda em 1850 significou uma vitória dos cafeicultores paulistas. A partir desta lei, as terras devolutas só podiam ser adquiridas por meio de compra, dificultando as pretensões dos imigrantes mais pobres. Como a maior parte dos europeus desembarcados no Brasil não tinha recursos, restava-lhes a alternativa do trabalho nos latifúndios cafeeiros. De fato, dos 4,5 milhões de imigrantes chegados no Brasil entre 1850 e 1918, 2,5 milhões dirigiram-se para São Paulo”.

1) os setentrionais, em particular os vênetos, permaneciam em grande parte ligados ao setor produtivo a que pertenciam nos campos, mas em medida menos maciça, encontrando afazeres também no artesanato, no comércio e nos trabalhos marginais urbanos. Esse destino também poderia explicar, entre outras coisas, a maior participação de toscanos; 2) a população do sul começou a emigrar mais tarde, isto é, quando a situação criada pela crise agrária e pela tarifa protecionista de 1887 tornou-se realmente insustentável.

Certamente a propaganda dos agentes na Europa prometia terra de boa qualidade, assistência nos primeiros anos de produtividade nas terras brasileiras, garantia de revenda dos produtos agrícolas em excesso para centros urbanos. Na prática os imigrantes italianos chegaram depois dos alemães e fixaram-se nas encostas recobertas por florestas, em áreas litorâneas. Ou seja, a imigração italiana tomou rumos diverso do almejado por cafeicultores paulistas, “houve uma proliferação de estabelecimentos coloniais na Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul, no Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina e no Vale do Rio Iguaçu, no Paraná” (Nadalin, 2001, p.71).

Cumpre lembrar que os problemas econômicos oriundos da crise na Itália abateram “com mais força a população pobre, resultante da *unificação do país* e das transformações capitalistas” (Fausto, 2000, p. 207). Isso é apontado como um fator decisivo para que inúmeras famílias fizessem parte destes fluxos emigratórios⁹. Propaganda. Realidade difícil. *Fazer a América*. Construir um futuro. Compreender os motivos que levaram os italianos da região do *Vêneto* para o Sul do Brasil e não outro canto do mundo é relevante para a construção da história e do fortalecimento da consciência de pertencimento a um determinado grupo social.

4 IMIGRANTES ITALIANOS CHEGAM NO RIO GRANDE DO SUL

A elite brasileira temerosa com um Brasil de negros ensejava o branqueamento da população. Tal intento, desde 1808 com a chegada da família real portuguesa é fomentado. Nesta esteira, com a proclamação da independência do Brasil no dia 15 de novembro de 1822 este projeto começa a ganhar concretude, inicialmente com a imigração alemã. Após meio século, o governo brasileiro, governado por D. Pedro II, entre 1870 a 1872 decidiu colonizar as terras pertencentes as províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul. O império necessitava ocupar os vazios do território brasileiro em sua área mais meridional e de intensificar a produção de alimentos para dar suporte as cidades em seu desenvolvimento.

De princípio os italianos escolheram em função da proximidade com a capital, a Serra Gaúcha. Demarcaram em 1874 as colônias de *Conde d'Eu* – atual cidade de *Garibaldi* - e *Dona Isabel* - atual cidade de *Bento Gonçalves*. Em *Campos dos Bugres* – atual cidade de *Caxias do Sul* – os primeiros colonos italianos chegam em 1875. Sendo assim, de 1875 a 1914¹⁰ inicia-se o primeiro ciclo

⁹ Compreende-se que o emigrante é o sujeito que deixa o seu país. Para o país que o acolhe ele se torna um imigrante. A migração, por sua vez, diz respeito à mudança de região, de estado, dentro de um mesmo país.

¹⁰ Em 1914 eclodiu na Europa a Primeira Guerra Mundial, estendendo-se até 1918. Este fato contribuiu para a industrialização no Brasil.

imigratório onde cerca de 84 mil italianos colonizam o Rio Grande do Sul. Vieram majoritariamente de *Veneto, Lombardia e Tirol*. O ponto forte da imigração italiana ocorre entre 1884 a 1894¹¹ onde 60 mil italianos deixam a terra natal e embrenham-se além mar. Os números diminuem com o fim da gratuidade das passagem pelo governo republicano do Brasil.

A historiografia reconhece cinco colônias fundadas durante o Império do Brasil: 1) Em 1874 a Colônia Dona Isabel, atual cidade *Bento Gonçalves*, e Conde d'Eu, atual cidade de *Garibaldi*; 2) Em 1875 a Colônia Fundos de Nova Palmira, atual cidade de *Caxias do Sul*; 3) Em 1877 a Colônia Silveira Martins, que fica próximo da atual cidade de Santa Maria; 4) Em 1884 a Colônia Álvaro Chaves, atual cidade de *Veranópolis*; 5) Em 1885 fundaram São Marcos e *Antônio Prado*.

A maioria dos imigrantes italianos, antes de chegarem ao Rio Grande do Sul, faziam a primeira parada na cidade do Rio de Janeiro¹². De lá endereçavam-se para o porto de Rio Grande do Sul. Seguiam pela Lagoa dos Patos até Porto Alegre e, por Novo Hamburgo, São Leopoldo rumavam para a Serra Gaúcha depois de prestarem serviço compulsório na abertura de estradas como forma de pagamento da viagem. Por meses pernoitavam em barracões de uso comum até receberem do Governo Imperial sementes e a terra para o cultivo, bem como as ferramentas de uso agrário, tais como: facão curvo, faca, enxada, pá e machado.

Os italianos do norte da Itália trouxeram a cultura da plantação da uva¹³, o costume da fabricação do vinho e, decorrente disso, alguns conseguiram acumular dinheiro. É notório os vinhedos da Serra Gaúcha que conquistaram mercados locais e internacionais.

Todavia, importa destacar que entre os italianos a cultura religiosa sempre foi um elemento de agregação e de força no seio das comunidades edificadas no *além pátria*. Padres e freiras da Igreja Católica Apostólica Romana contribuíram com o fomento da fé, com a catequização, com o desenvolvimento da educação. Estes fatores fizeram com que italianos exercessem enorme influência no crescimento e desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

5 MIGRAÇÃO ITALIANA NO OESTE DE SANTA CATARINA

A partir dos problemas das colônias do Rio Grande do Sul é que nós podemos refletir acerca da colonização do Oeste de Santa Catarina. O modelo de agricultura, o esgotamento do solo para o cultivo, a divisão de terras entre os integrantes das famílias de italianos são amalgamas que exigiam uma solução. Migrar torna-se necessário. Não se trata de uma simples escolha.

¹¹ No dia 15 de novembro de 1889 foi instituída a República Brasileira. Um ano antes, houve a assinatura da Lei Áurea que no dia 13 de maio de 1888 decretou o fim da mão-de-obra-escrava no Brasil.

¹² A título de esclarecimento, com a vinda da família real para o Brasil em 1808, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Brasil, substituindo Salvador (atual capital baiana). Este fato só será alterado com a inauguração de Brasília pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1960.

¹³ Trouxeram também muitas estórias que além de animar rodas de conversa eram importantes na educação num tempo onde as escolas eram poucas. Exemplo disso é o conto *Calculei Mal* analisado por Hélio C. Fernandes e Aparecida Favoreto (2025), disponível em: < <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7726/9934> > Acesso em 01.10.2025.

Pois bem, os italianos, neste período, exerciam um tipo de agricultura rudimentar onde a tração animal (cavalo/boi) era utilizada para preparar a terra. Não existia os implementos agrícolas que facilitam a lida no campo: o trator, ceifadeira etc. O mato era derrubado “no cabo da enxada”, “da foice”. Este modelo tradicional de agricultura possuía inúmeras limitações para alcançar o desempenho que o modo de produção capitalista exige.

Acrescenta-se ainda - como um fator complicador - o fato do empobrecimento do solo aliado a falta de técnicas apropriadas para recuperá-lo. Os impostos e o baixo preço dos produtos coloniais ampliava a crise no cerne destas famílias, comunidades agrícolas. Essa crise é agravada com a subdivisão das terras entre os herdeiros.

Limitados pelo empobrecimento do solo, pela diminuição das terras após a partilha entre os filhos os colonos italianos, outrora imigrantes, tornam-se migrantes. A busca por novas terras torna-se novamente uma questão de sobrevivência da família.

Nesta diapasão, com o crescimento demográfico e a consequente ocupação acelerada das terras no Rio Grande do Sul, rapidamente a colonização chegou ao Vale Do Rio Uruguai. Com o discurso de “desbravar o sertão” e das “terras inaproveitadas” os imigrantes italianos sobem em direção ao oeste catarinense.

Após a demarcação dos limites interestaduais entre Paraná e Santa Catarina, empresas de colonização paulatinamente se apropriam das terras até então em litígio intitulada de região do Contestado. Esse fato, surge como uma saída para alocar o excedente populacional do Rio Grande do Sul que ansiavam por um pedaço de terra para plantar e “fazer a vida”.

Empresas particulares colocam em prática o plano do governo estado em ocupar e garantir de maneira efetiva as terras cobertas por florestas. De modo sistemático estas empresas de colonização ocupam o oeste de Santa Catarina com base na apropriação individual da terra. A partir dos interesses em comum, entre as empresas colonizadoras e o governo do estado, inicia-se o processo capitalista de ocupação desta região. A terra tornou-se uma propriedade e precisará dar lucro.

Precipuamente é importante asseverar que a *Guerra do Contestado* ocasionou o atraso da colonização do oeste catarinense, porém com a dispersão das populações locais observou-se um “limpeza da região” que favoreceu a sua colonização.

De 1912 a 1916 o Paraná e Santa Catarina disputam a posse da região chamada de Contestado. Cerca de 20 mil sertanejos pegaram em armas. A concessão das terras desta localidade para uma empresa ferroviária norte-americana em detrimento da construção de uma estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul foi o estopim para moradores locais revoltados com os governos estaduais promotores da concentração de terra nas mãos de poucos.

O desfecho da *Guerra do Contestado* foi o massacre dos sertanejos, apesar do otimismo decorrente das primeiras vitórias, os guerrilheiros não conseguiram vencer a superioridade

armamentista das forças governamentais. Findados os levantes revoltosos, Santa Catarina e Paraná realizaram um acordo sobre os limites territoriais e a colonização do oeste catarinense é intensificado.

Colonos do Rio Grande do Sul, sabedores das demarcações territoriais na região oeste de Santa Catarina, migram para a região. Trata-se de uma migração predominantemente ruralizada. Trabalhadores rurais avançam para a região Oeste de Santa Catarina para continuarem agricultores, produtores de gêneros alimentícios e vivendo dos frutos da terra.

Fazendas foram divididas em pequenas propriedades agrícolas e comercializadas. Novas propriedades são cercadas e delimitadas. Com o título da posse da terra, italianos consolidavam suas propriedades e davam segurança para suas famílias. Conhecedores da arte de trabalhar com a terra, utilizaram o conhecimento adquirido nas colônias rio-grandenses deixadas para trás. Os migrantes italianos estavam familiarizados com os lotes divididos em linha e com a lida da terra. Estes pequenos lotes agrícolas tornar-se-ão o espaço sociocultural onde a vida irá desenrolar-se.

De certo, a existência da estrada de ferro oferecia para as novas colônias situadas margeadas no *Vale do Rio do Peixe* o benefício do escoamento da produção. Este fato possibilitou o surgimento de novos núcleos populacionais, entre eles: *Videira, Caçador, Capinzal, Tangará e Piratuba*.

A propaganda utilizada para persuadir os colonos do Rio Grande do Sul era a abundância da água, o solo fértil e, consequentemente, a possibilidade de construir o futuro. Obviamente, era enaltecido somente os pontos positivos acerca das terras do oeste catarinense. Isso motivava a migração dos italianos. Na *Serra Gaúcha* constantemente espalhava-se a notícia das terras do Oeste de Santa Catarina.

Depois de migrarem, os colonos italianos oriundos do Rio Grande do Sul se deparavam com a ausência de escolas, com estradas inexistentes ou em péssimas condições, com a falta de hospitais e de centros comerciais. As empresas colonizadoras desconsideravam tudo isso no momento da venda.

Entre as empresas colonizadoras o oeste catarinense destacou-se: Eberle, Sociedade Territorial Mosele, Ahrons e Cia, Bertaso, Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle, Maia e Cia, Rosa e Cia, Cia Territorial Sul Brasil, Luce, Bley e Maia, Empresa Chapeco-Pepery Ltda, Sociedade Volksverein, Construtora e Colonizadora oeste Catarinens Ltda. Sem menosprezar a importância da propaganda nos jornais o sucesso da colonização aconteceu pelo diálogo entre os colonos. Migrantes em solo catarinense buscavam persuadir amigos, parentes a também fazerem o mesmo.

As empresas colonizadoras limpavam a área para acolher o migrante rio-grandense. Caboclos e nativos eram expulsos por não possuir os títulos da propriedade. Quem ousasse enfrentar os ditames empresariais pagava com a própria vida. Via de regra, repete-se na migração o que ocorreu na imigração: desrespeito aos habitantes locais em detrimento dos interesses econômicos dos conquistadores.

Percebe-se que o processo de imigração dos italianos para o Brasil apresenta pontos em comum com a migração para o Oeste de Santa Catarina. O solo empobrecido aliado ao aumento dos membros da família exigem a busca por novas terras em função do futuro da *prole* (dos filhos). As terras do oeste catarinense aparecem como a solução: “A terra que corre leite e mel”. Novamente, observa-se que o esgotamento das terras no Rio Grande do Sul caminha de mãos dadas com a falta de paz entre as famílias italianas. Ter muitos filhos era possuir muita força de trabalho para realizar a lida do campo. Com isso, constata-se que embora ter uma família numerosa fosse bom, com o tempo isso também se transforma num problema. Essa contradição, esse dilema se desvelava num curto espaço de tempo na medida que os filhos rapidamente chegam a maioridade, formam novas famílias e passam a exigir demandas por terra afim de trabalharem. A terra era o meio de garantir a manutenção e reprodução da vida. A falta dela era sinônimo de crise social. O que fazer? Eis que surge o Oeste de Santa Catarina como “luz no final do túnel”; como “válvula de escape para a paz social”. Destarte, dentro do movimento do capital, outra região brasileira passa a ser desbravada, explorada, capitalizada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a contribuição dos italianos para a formação cultural, política, econômica e social do Brasil. A cultura italiana atravessa os séculos e imprime sua marca onde quer que esteja. Os italianos possuem o espírito dos tiroleses. São destemidos e fervorosos. A família é um bem precioso e, juntamente com a fé e o trabalho formam o tripé sobre o qual o caráter dos italianos foi dilapidado e enrijecido.

Os italianos são um povo amantes da vida, buscam vencer na América e em qualquer lugar do mundo onde estejam. Isso ocorreu após o acirramento da primeira/segunda Revolução Industrial aliada a unificação tardia da Itália. O fenômeno da emigração italiana é intensificado, pois a renda dos pequenos tecelões é comprometida com a produção de artigos em série. O recém formado País-Itália não consegue dar uma resposta diante do empobrecimento do povo italiano. Por isso, milhares de italianos vão em busca de um novo país capaz de acolhê-los e de devolver-lhes a esperança diante da vida. Entre eles os Zini.

Emigrar para o Brasil e outras partes do planeta era a saída para continuar a sonhar com os dias melhores: sem fome, sem guerra, sem desemprego, sem desolação. Neste cenário, o *Fazer a América* apresenta-se como a terra de fartura, de alegria, de vida, de prosperidade. Um brinde aos nossos imigrantes italianos.

A partir da história constatamos que a burguesia ao superar a nobreza feudal implantou um projeto de sociedade que chegou até os dias atuais. Dentro desse modo de produzir a vida é que milhões de italianos foram empurrados para fora da Mãe-Pátria. No entanto, esse projeto de sociedade - onde tudo tende a convergir para o capital - apresenta falhas estruturais que ameaçam a vida na terra em

uma escala global: Dentro da lógica de concorrência, se for para ficar na frente por alguns meses de seus concorrentes, proprietários dos meios de produção poluem os rios e o ar, destroem as florestas, exploram a força de trabalho dos proletários, colocando em risco a vida na terra (nossa morada comum). Trata-se de um projeto de sociedade dual: dominantes *versus* dominados. Assim, uns poucos concentram toda riqueza em detrimento da miséria de muitos. Quem não é exímio na exploração da *Mais-valia* abre falência diante da concorrência e torna-se também um explorado. Sabemos que é um sistema em crise, onde a vida serve o capital, marcado por uma inversão de valores, pois a vida é que precisa ser o centro de tudo. O que fazer?

Na época da imigração italiana para o Sul do Brasil e outras partes do mundo, existiam inúmeros vazios demográficos¹⁴. Todavia, atualmente o capitalismo alcançou todos os cantos do planeta. Não há mais para onde correr e exportar as crises desse sistema incontrolável e destrutivo. Portanto, já passou da hora de um projeto de sociedade global que recoloque a vida humana acima de tudo e, deste modo, evite como diz a canção: “o final da odisseia terrestre”¹⁵.

É preciso debater para onde vamos? Quando havia terras a serem desbravadas muitos problemas sociais e econômicos foram momentaneamente sanados a partir dessa “válvula de escape”. A imigração italiana no Brasil e a subsequente migração interna é um exemplo disso. Todavia, como afirmou Meszáros: “os remédios não podem ser mais formais, eles precisam ser essências”. A continuidade da existência humana na terra está em jogo. Não interessa mais se você é do time A ou do B. Se você é do time dos alienados / conscientes, dos displicentes / previdentes, dos capitalistas / socialistas, do patronato / do proletário, isso não faz mais diferença. Ou toda a humanidade se une no projeto que se contrapõe a lógica nefasta do capital ou se colherá como resultado a destruição total. Na atualidade o chamado: “trabalhadores uni-vos” precisa inspirar e conduzir a cristalização da máxima: “humanidade, uni-vos”¹⁶.

¹⁴ Dentro desse cenário, o casal: Attilio Giuseppe Zini e sua esposa Maria Giroto, são um exemplo. Deixaram a Itália, em crise econômica, para iniciarem a luta pela sobrevivência no Brasil, na colônia de Antonio Prado, RS na linha Trajano (Capela São Luiz) no dia 16 de maio de 1896.

¹⁵ Nesse panorama a educação, a esperança, o esperançar é essencial.

¹⁶ Independente de classe social, nacionalidade, religião e quaisquer outras divisões, este é um apelo a união de todas as pessoas, para a solidariedade e cooperação, para salvaguardar um objetivo comum: “A vida no planeta terra”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rafael de Almeida. Trabalho, Ontologia e Consciência de Classe: A classe “em-si e para-si” em Gyorgy Luckács. Marília-SP: Aurora, v. 12, n. 1, p. 107-120, jan./jun.,2019. Disponível em: <file:///D:/DADOS%20DO%20USUARIOS/Downloads/labeditorial,+7934-Texto+do+artigo-29498-2-10-20190801.pdf> Acesso em 29 de abril de 2023.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: introdução à filosofia/ Maria Lúcia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins. São Paulo: Moderna, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.

CALSANI, Rodrigo de Andrade. O imigrante italiano nos corredores dos cafezais: cotidiano econômico na Alta Mogiana (1887-1914). Franca, SP. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2010.

COLAO, Magda Maria. O Modo de Produção categoria do Materialismo Histórico. Porto Alegre-RS: Movimento, v. 12, n. 2, p. 143-169, maio/agosto de 2006. Disponível em: <file:///D:/DADOS%20DO%20USUARIOS/Downloads/2907-Texto%20do%20artigo-10207-1-10-20071228.pdf> Acesso em 15 de abril de 2023.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 8. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 2000.

FERNANDES, Hélio C.; FAVORETO, Aparecida. A teoria social, a estória calculei mal e a figura da mulher imigrante italiana. Revista ARACÊ, v. 7, n. 9, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7726> Acesso em 12 out. 2025.

HOBSBAWN, Erick. Sobre História: Ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAZZARI, Beatriz Maria. Imigração e Ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850 – 1875). Porto Alegre, RS. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo-SP: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho).

NADALIN, Sérgio Odilon. Paraná: ocupação do território, população e migrações. Curitiba-PR, SEED, 2001.

SCALABRINI, João Batista. A emigração italiana na América. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Centro de estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

TRENTI, Angelo. Do outro lado do Atlântico: Um século de imigração italiana no Brasil. Traduzido por Mariarosaria Fabris, Luiz Eduardo de Lima Brandão e Juliana Hass. São Paulo-SP: Editora Unesp, 2022.